



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 10.319/16**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores de Cuité**, concedendo Pensão por morte do servidor José Barbosa dos Santos, Gari, Matrícula nº D10003, tendo como beneficiária Antonia Ferreira da Silva. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo dos benefícios elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão Wanda Batista Cavalcanti.

É o voto!

**ANTÔNIO GOMES VIEIRA FILHO**  
Cons. em exercício - RELATOR



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC nº 10.319/16

Objeto: Pensão

Beneficiária: Antonia Ferreira da Silva

Servidor (a): José Barbosa dos Santos

Órgão: **Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Cabedelo** Gestor

Responsável: Léa Santana Praxedes

Procurador/Patrono: Não Há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC – nº 3.911/2016

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do Processo TC nº 10.319/16, referente à concessão de Pensão por morte do servidor José Barbosa dos Santos, Gari, Matrícula nº D10003, tendo como beneficiária Antonia Ferreira da Silva, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Assinado 6 de Dezembro de 2016 às 12:20



**Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira**  
PRESIDENTE

Assinado 5 de Dezembro de 2016 às 11:50



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 5 de Dezembro de 2016 às 12:25



**Luciano Andrade Farias**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO